

mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração. **f) Outros Ativos Circulantes e Não-Circulantes** – Os impostos a recuperar encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por tributos federais. Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização. **g) Investimentos** – Os investimentos permanentes em empresas controladas, coligadas e ligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **h) Imobilizado** – Os elementos do Ativo Imobilizado são reconhecidos por seu custo histórico, corrigido monetariamente até 31 de Dezembro de 1995, menos depreciação acumulada, exceto no caso de Terrenos, que não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens. Essa estimativa de vida útil se baseia nos níveis de produção reais realizados e considera os seguintes prazos: Edificações: 25 anos; Veículos e Equipamentos de Informática: 5 anos; Demais componentes do imobilizado: 10 anos. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor contábil do imobilizado ou reconhecidos como ativo separado somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de impairment como resultado de eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, desde que os eventos tenham um efeito, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros. Tais ativos têm seu valor de recuperação revisado pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. Em 31 de Dezembro de 2013 não existem elementos do imobilizado de valor significativo que não estejam sendo utilizados nas atividades operacionais, nem que tenham sofrido perdas por impairment. **i) Fornecedores** – São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente e classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não-circulante. **j) Empréstimos e Financiamentos** – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Em seguida, são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos, sendo classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que serão liquidadas após 12 meses da data de encerramento do exercício, que são demonstradas como passivo não-circulante. **k) Provisões para Contingências** – As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras, se necessárias, são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos da Companhia. **l) Outros Passivos Circulantes e Não-Circulantes** – Outros passivos circulantes e não-circulantes são reconhecidos pelo valor justo acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos, de conformidade com o regime de competência. **m) Imposto de Renda e Contribuição Social** – As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem somente a parcela corrente desses tributos. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e vigentes na data do encerramento do exercício. A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal de isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração, sendo o valor apurado a título de redução de imposto a pagar reconhecido na demonstração do resultado do exercício e posteriormente destinado para conta de reserva de capital, sendo também ajustado na base de cálculo dos dividendos a distribuir. **n) Distribuição de Dividendos** – O Estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Em observância ao regime de competência, o valor dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas é reconhecido como passivo circulante nas demonstrações financeiras. **NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** – Na data do encerramento do exercício, os valores em

caixa e equivalentes de caixa apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):			<b>NOTA 05 – ESTOQUES</b> – Na data do encerramento do exercício, os estoques apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):			<b>NOTA 06 – INVESTIMENTOS</b> – Na data do encerramento do exercício, os investimentos permanentes em controladas e empresas ligadas apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):				
			DESCRIÇÃO	2013	2012	DESCRIÇÃO				
			Produtos Acabados	4.209.908	3.767.347					
			Produtos em Processo	1.538.756	1.189.037					
			Matérias Primas e Embal.	8.783.236	4.711.593					
			Materiais Secundários	1.050.913	679.022					
			Materiais Diversos	4.578.991	3.412.455					
			<b>TOTAIS</b>	<b>20.161.804</b>	<b>13.759.454</b>	Valor do Investimento em 31/12/12	2.721.545	2.288	14.513	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>								
Numerário em caixa	33.675	27.551								
Depósitos bancários à vista	1.606.518	1.020.513								
Aplicações financeiras	38.792.600	31.132.869								
<b>TOTAIS</b>	<b>40.432.793</b>	<b>32.180.933</b>								
			<b>NOTA 07 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b> – Na data do encerramento do exercício, os empréstimos e financiamentos exigíveis a longo prazo podiam ser assim resumidos (valores em Reais):							
							Patrimônio Líquido em 31/12/13	1.979.495	29.105	58.050
							Percentual de participação	99,99%	7,46%	25,00%
							Investimento ajustado em 31/12/13	1.979.297	2.171	14.513
							<b>Result. da equivalência patrim.</b>	<b>(742.248)</b>	<b>(117)</b>	<b>-</b>

INSTITUIÇÃO	NATUREZA	ENCARGOS FINANCEIROS	VENCIMENTO FINAL	VALOR	
Banco do Brasil S/A	Investimento	Juros variáveis de 2,65% a 8,70% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.	06/2021	9.764.695	Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, todos em moeda nacional, são garantidos pelo Ativo Imobilizado da Companhia. <b>NOTA 08 – DEBÊNTURES NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES</b> – Sobre os saldos devedores diários incidem encargos financeiros correspondentes à taxa efetiva de juros de 9,5% (nove e meio por cento) ao ano, calculados em regime de capitalização composta pelo critério "pro rata tempore" por dias corridos e incorporados ao saldo devedor, sobre os quais será concedido bônus de adimplência de 15% (quinze por cento), desde que a prestação da dívida seja paga integralmente no vencimento. As debêntures têm prazo de carência de dois anos e de vencimento de cinco anos, excluído o período de carência, pagáveis em 10 (dez) parcelas semestrais, no período de 22/12/2010 a 22/06/2015. As debêntures são garantidas por fiança comercial pelo acionista controlador, além de máquinas e equipamentos de propriedade
Banco da Amazônia S/A – BASA	Investimento e Cap. de Giro	Juros de até 12% ao ano, com rebate de 15% no pagamento.	10/2018	6.208.864	
Banco do Estado do Ceará S/A – BEC	Financiamento de ICMS	Sem incidência de encargos financeiros, com redução de 75% na datado efetivo pagamento.	11/2017	5.118.783	
Banco Mercedes Benz S/A	Investimento	Juros variáveis de 7% a 12,70% ao ano.	07/2015	37.069	
Banco Volkswagen S/A	Investimento	Juros de 10% ao ano.	06/2016	160.389	
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>21.289.800</b>	

da Companhia. **NOTA 09 – CAPITAL SOCIAL** – A posição do Capital da Companhia em 31 de Dezembro pode ser resumida como segue (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2013	2012
Capital Autorizado	60.000.000	60.000.000
Capital Subscrito	51.979.045	48.929.595
Capital Integralizado	51.979.045	48.929.595
Menos: Cap. a Subscrever	(8.020.955)	(11.070.405)

O Capital Social é representado por 49.457.512 ações ordinárias (49.457.512 em 2012) e 143.049.490 ações preferenciais (143.049.490 em 2012), sem valor nominal. As ações preferenciais são oriundas de incentivos fiscais da SUDAM/FINAM. As ações preferenciais é priorizado o direito a um dividendo mínimo de 25% dos lucros de cada exercício. O mesmo direito, sem prioridade, é dado às ações ordinárias, que possuem direito exclusivo de voto nas deliberações da Assembleia Geral. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de Abril de 2013 deliberou pelo aumento do Capital Social de **R\$48.929.595** para **R\$51.979.045**, mediante a capitalização da reserva oriunda dos incentivos fiscais referentes à isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração apurado no exercício de 2012, no montante de **R\$3.049.450**. Não houve emissão de novas ações em decorrência do aumento de capital social realizado. **NOTA 10 – DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** – Por proposta do Conselho de Administração os dividendos a serem distribuídos aos acionistas foram provisionados em montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado. **NOTA 11 – LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO** – O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício. Era o que nos cumpria apresentar em adendo às demonstrações contábeis ora encerradas, para sua melhor compreensão e entendimento. Belém(PA), 31 de Dezembro de 2013. **ANTONIO GEORGES FARAH – Presidente. RELATÓRIO DO SAUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** – Examinamos as demonstrações financeiras da FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** – A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgação apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** – Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A em 31 de Dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). Belém-PA, 10 de Março de 2014. **ACCOUNT AUDITORES INDEPENDENTES S/S – CRC GO 000919/06. JOSÉ PAES JÚNIOR – CONTADOR – CRC MG 39942/O-T-GO.**